



ATA DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ.

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniram-se na Escola de Educação Básica Matter Salvatóris no Município de Tangará, a Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Tangará e demais participantes conforme lista de presença em anexo, para realização da primeira conferência pública de revisão do Plano Diretor e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do município de Tangará – SC, contemplando os bairros Frei Rogério, Industrial I e Vila 03 de Outubro. A conferência iniciou com a palavra do Sr. Luis Felipe Braga Kronbauer, esclarecendo o que é o Plano de Mobilidade Urbana e o Plano Diretor aos presentes. Em seguida, comentou-se sobre a ficha que os presentes receberam e a forma de preenchê-la. A palavra foi passada a arquiteta e urbanista, Sra. Priscila Garcia de Souza, a qual discorreu sobre alguns conceitos técnicos relacionados ao assunto, elucidando a etapa que está sendo desenvolvida, no processo de planejamento urbano, que é coletar os dados e informações da realidade municipal, considerando os anseios da população para poder elaborar um Plano Diretor que possa atender às expectativas de todos. Logo após, foi apresentado o diagnóstico elaborado até o presente momento, incluindo, o resultado do trabalho que foi feito nas escolas, no qual foram recolhidas contribuições de alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio. Além disso, foram apresentados alguns dados como o declínio populacional, aumento do número de veículos, problemas existentes no zoneamento atual do município. A arquiteta exaltou que é importante usar melhor o que já existe de área urbana em vez de aumentar o perímetro desordenadamente, pois isso pode causar um ônus ao município. Em seguida, foi exposto o mapa do zoneamento atual do município, e que o Plano Diretor atual divide as atividades em “permitidas”, “permissíveis” e “proibidas” e que a proposta do novo Plano Diretor é dividir as atividades de acordo com a tabela do CNAE separando as atividades em “adequadas”, “adequadas com limites” e “proibidas”, sendo que as “adequadas com limites” terão que apresentar uma documentação pré-determinada pela legislação, para sua aprovação. Foi falado sobre a necessidade de revisar os recuos, alturas de edifícios e demais índices construtivos, além da necessidade de cobrar os proprietários de áreas rurais que desejam construir edificações residenciais, que informem a Prefeitura de que pretendem iniciar uma obra. Falou-se sobre o saneamento básico, o meio ambiente e a mobilidade urbana. Foi mencionado o site da revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, no qual todos os materiais produzidos estão disponibilizados para consultas pública, prezando pela transparência do processo, além dos formulários de participação popular e outras formas de contato. A palavra foi passada ao Sr. Luís Felipe, no qual agradeceu a presença de todos, solicitando o preenchimento das fichas recebidas, para que dentro de 10 minutos se iniciasse o debate. Após, foi iniciado com a leitura das sugestões e contribuições da comunidade, sendo elas: melhorar a educação no trânsito, implantação de ciclovia no município, instituir bicicletários, a regularização fundiária e a falta de vagas de estacionamento no centro do município. Posto isso, dois manifestantes solicitaram para contribuir oralmente, sendo que o primeiro falou sobre aumentar o aproveitamento dos terrenos e a taxa de



ocupação, o segundo que na Vila 3 de outubro, poderia ser instalada uma área de lazer estabelecendo algum uso para o terreno, depois da retirada de todas as famílias do local, evitando a entrada de novos moradores na área. O Sr. Luís Felipe retomou a palavra e discorreu sobre a regularização de assentamentos irregulares, dentro desse assunto, dois participantes contribuíram dizendo que está difícil regularizar os terrenos. O Sr. Luis Felipe falou sobre a existência de uma legislação federal que permite a regularização, e ela poderá ser utilizada inclusive para a aprimoração do Plano Diretor nesse quesito. Um dos participantes comentou sobre os prédios públicos que estão abandonados, já que alguns são prédios grandes, que poderiam ser aproveitados, no qual a vereadora Maria Miria Rambo da Silva comunicou que existe um projeto para leiloar um dos prédios citados e esse projeto será votado em breve na câmara. Na lei, já será incluído, que o valor obtido através do leilão será utilizado para comprar terrenos para uso industrial e habitação social. O Sr. Luis Felipe acrescentou que existe a possibilidade de instituir o IPTU progressivo em terrenos que não estão sendo utilizados e subutilizados. Não havendo mais intenção de manifestação, a palavra foi passada ao Sr. Jurandir Pedro Cherubini, que agradeceu a presença de todos e justificou a ausência do Prefeito Municipal, Nadir Baú da Silva, e do Vice-Prefeito, Valmor Vivian, e assim, a conferência foi dada como encerrada. Foi determinado a mim, Larissa Vendruscolo, Engenheira Civil, que lavrasse a presente ata, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, pela Sra. Camila Bruns, Sr. Luís Felipe Braga Kronbauer, e pela Sra. Priscila Garcia de Souza, como sinal de sua aprovação. Tangará, 23 de abril de 2018. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada.